SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS REALIZADA NO DIA CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

---------- **ATA NÚMERO CINCO**

---------- (Mandato 2025-2029)

----- Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis reuniu no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, número setenta e seis letra A, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Paula Maria Tavares de Carvalho, Primeira Secretária, e Mafalda Sofia Dourado Santos Branco, Segunda Secretária.

----- Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros:

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro, Isabel Maria da Silva Tavares, José Simão Nunes Caeiro e Jorge Manuel dos Santos Freitas.

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luis Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira e André Oliveira Carrilho.

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo.

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Sadik Salim Cassam.

----- **Do Partido Livre (Livre)** – Laura Cassandra Carvalho da Silva e João Quintas Godinho.

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos.

----- **Do Bloco de Esquerda (BE) –** Rafael Medeiros Guerreiro.

----- **Do Partido "Chega" (Chega)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:

----- 1. Deliberação sobre a Ata nº 2 (2025-2029) – 03.11.2025;

----- 2. Deliberação sobre a Ata nº 3 (2025-2029) – 18.12.2025;

----- 3. Informação sobre os compromissos plurianuais 01.01 a 30.09.2025 (Proposta 202/2025);

----- 4. 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2026, com introdução de Saldo de Gerência (Proposta 36/2026)

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:

----- Maria do Rosário de Sousa Nolasco de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Jorge Freitas.

----- Miguel Maria Ribeiro Martins Torres de Carvalho.

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Marina Barros Rodrigues, Nuno Charters de Azevedo Moller Miranda, Hugo Alexandre Bogas de Sousa, Odília de Lurdes Camilo Vieira e Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata.

----- Às vinte horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**.

---------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **Freguês José Morgado** fez a seguinte intervenção:

----- *"Um dos problemas que queria focar é que as pessoas, essencialmente no Rego, têm que passar a linha de caminho-de-ferro e aquilo é sempre um problema porque o estado normal do elevador que existe é avariado, mas não é só o elevador, é também aquilo que existe no prório Mercado do Rego. Eu gostava de saber o ponto de situação e qual é o motivo e quando é que é resolvido de uma vez por todas."*

----- **Freguesa Carla Matos** fez a seguinte intervenção:

----- *"Boa noite a todos. Primeiro apresentar situações que considero minimamente preocupantes e inusitadas. Fui várias vezes ao espaço do cidadão sem que o meu problema tivesse sido resolvido. O atendimento prestado pelo Senhor Francisco, cujo comportamento foi uma observação constante com o telemóel em detrimento do serviço que devia prestar. Tive que repetir por diversas vezes as mesmas perguntas. Uma hora e meia na loja do cidadão, mas o assunto ficou resolvido, nas Laranjeiras. Foi mencionado pelo próprio fragilidades ao nível da cibersegurança, sugeri que pudessem ter uma formação nesta área.*

----- *Nas deslocações à delegação da Junta, uma das vezes fui buscar uma agenda cultural, o atendimento foi interrompido por um telefonema da Doutora Cristina Martins motivado por uma queixa de uma lojista devido ao meu volume de voz. Estranho, as lojas estavam vazias e encerradas, passava da hora do almoço.*

----- *Noutra ocasião procurei marcações para serviços de enfermagem e médicos. Quando chego ao carro vejo a Senhora Ana e a Doutora Cristina Martins a correrem na tentativa de me apanharem na delegação, uma atitude infantil. Assisti também dentro da delegação a uma conversa muito informal em que foi referido que a Doutora Cristina Martins iria tratar pessoalmente de um processo de trabalho já prometido e relacionado com uma candidatura. Este tipo de comentário foi num espaço institucional, levantando naturalmente dúvidas quanto ao cumprimento de princípios de*

transparência e igualdade.

----- *Uma outra vez a Doutora Cristina Martins veio ao meu encontro saber informações relativamente a quem tinha sido atribuído um quiosque junto à Escola Arnaldo Louro de Almeida. Quero deixar claro que recusei participar em rumores ou suspeitas infundadas, sugeri em alternativa que fossem consultados os processos administrativos para esclarecer a situação, ou através da Câmara Municipal. A mesma informou que ia processar com a aplicação da Lei relativamente à venda de bebidas alcoólicas junto às escolas.*

----- *Existia há muitas décadas uma mercearia e um café com venda de vinho e cerveja e no quiosque não é permitido, a Lei não é igual para todos, uns podiam e os outros não.*

----- *Procurei explicar um exemplo simples, a mercearia tinha para ser antes da nova Lei, o que prevalece é a nova Lei para os novos comércios, sendo que desta forma a Lei é igual para todos. Fiquei surpreendida e estupefacta com a dificuldade demonstrada em compreender um exemplo simples e continua a haver venda de bebidas alcoólicas. A própria Senhora Cristina Martins afirmou mais uma vez que gosta de me provocar para testar as minhas reações, inclusive dentro de igrejas, em atos oficiais.*

----- *A minha postura é clara, quando eu não sei algo estudo, pesquiso, analiso. Para contextualizar informo que sou 12º ano na área de humanidades e... como técnica de apoio à gestão de nível 4... cuja muita matéria é do segundo ano da faculdade, estas foram obtidas em regime noturno, conciliando dois trabalhos, formação contínua da parte da tarde e responsabilidades familiares. Não tenho qualquer interessse em trabalhar naquele espaço físico do mercado, sobretudo quando existem questões de falta de higiene por parte dos vários lojistas e as condições que são do conhecimento geral, tão pouco faço lá as minhas compras.*

----- *Não sou funcionária da Junta ou colega... para invejas, nem sei como... procedimentos administrativos sobre concursos públicos e pretendo saber qual é a razão de ainda não ter sido anunciada devidamente a data da reunião descentralizada da Assembleia Municipal."*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que as inscrições para a Assembleia Municipal descentralizada abriam no próximo dia 9 no site da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que sobre os elevadores do mercado, como todos sabiam, a responsabilidade era do supermercado Auchan. Já os avisaram várias vezes e eles diziam que havia falta de uma peça, mas não cumpria à Junta tratar do assunto, era mesmo o Auchan e aí não podiam fazer nada.

----- Em relação aos elevadores da zona do hospital, já tivera uma conversa com o Senhor Vice-Presidente da Câmara Gonçalo Reis, que disse estarem a prepara um CDC para pôr os elevadores novos. Veriam se dessa vez era verdade e contava com a boa vontade dele, que já manifestou vontade de o fazer. O que havia eram elevadores de prédio e não elevadores públicos.

----- Em relação à Senhora Carla Matos, depois iria responder por escrito a todas as perguntas. Era muita coisa, depois respondia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que foi enviada pelos serviços da Assembleia de Freguesia a todos os eleitos nessa última semana uma carta, a pedido dos elementos do Executivo Hugo Sousa, Odília e Jorge Barata, que pensava terem recebido nos endereços de e-mail respetivos, conforme foi solicitado aos serviços da Junta de Freguesia.

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

----- **Ponto 1 - Deliberação sobre a Ata nº 2 (2025-2029) – 03.11.2025;**

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** questionou a Mesa no sentido de saber se os seus pedidos de alteração tinham sido incluídos, ao que Senhor Presidente respondeu que sim.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 2 (2025-2029)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.

----- **Ponto 2 - Deliberação sobre a Ata nº 3 (2025-2029) – 18.12.2025;**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 3 (2025-2029)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.

----- **Ponto 3 - Informação sobre os compromissos plurianuais 01.01 a 30.09.2025 (Proposta 202/2025);**

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, em relação aos compromissos plurianuais, a proposta 202/2025 referente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos foi deliberada numa reunião do Executivo de 7 de outubro de 2025, tendo sido aprovada por unanimidade. Contudo, por lapso, ainda não tinha sido submetida à Assembleia para conhecimento, apreciação e deliberação. Essa situação devia-se ao facto da reestruturação dos serviços, tanto do aprovisionamento e contratação pública, como quem estava afeto às reuniões do Executivo e Assembleia de Freguesia, por motivos de... de ambos os funcionários.

----- (diálogos cruzados)

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que esse ponto da ordem do dia era apenas uma informação do Executivo à Assembleia de Freguesia, não iam votar rigorosamente nada.

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** (partes da intervenção são impercetívis) disse que gostava que o Senhor Presidente esclarecesse, em cumprimento do dever de fiscalização da Assembleia sobre os documentos e podia citar o Decreto-Lei 57/2019, tal como o artigo sexto da Lei nº 8/2012...(impercetível)... houve uma divulgação que foi apresentado também por e-mail, os documentos em anexo da reunião da Assembleia de

Freguesia, se realmente existiam alguns compromissos que podiam ser...(impercetível)... No entanto, devido a essa posição que tinham, se conseguisse esclarecer, pensava que também tivesse informação e acesso a esses anexos, se era necessária uma autorização prévia ou não, possivelmente já existiam antecedentes. Inclusive alguns compromissos que foram feitos no mandato até 2025 tinham duração prevista até 2028, que sinceramente não devia ser o mais correto. O que estava em causa não era a utilidade dos serviços, mas sim o respeito pela Lei, mesmo com a Assembleia a ter feito a delegação de competências. Isso não os deixava num espaço positivo e de transparência e gostava de questionar o Executivo o que aquele documento tinha e punha em causa e como os serviços da Junta estavam a lidar com isso.

----- **Vogal do Executivo Marina Rodrigues** disse que nesse caso propunha, no sentido de esclarecer todo e qualquer tipo de situação, uma auditoria à própria Junta dos dois mandatos anteriores até agora para ficar tudo sanado definitivamente, porque esse espírito que estavam a viver era cansativo e chegavam ao ponto que nem conseguiam trabalhar. Por isso iria propor essa situação ao Executivo para ser votada.

----- **Ponto 4 - 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2026, com introdução de Saldo de Gerência (Proposta 36/2026)**

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para o bom funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia e a missão que se comprometeu junto do seu eleitorado, os fregueses, era necessária a introdução do saldo de gerência de acordo com o explanado na proposta.

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)**, após a apresentação de cumprimentos e para não se perder mais tempo a seguir, seria também uma declaração de voto, que iria enviar para a Mesa e entregar também em papel à Mesa.

----- Como o Senhor Presidente acabou de referir, essa era uma alteração bastante importante para o bom funcionamento da Junta de Freguesia e, portanto, era natural que o PSD fosse votar favoravelmente. No entanto, não podiam deixar de fazer algumas apreciações à mesma, no sentido de poderem vir a ser consideradas pelo Executivo em futuras alterações orçamentais modificativas que obrigatoriamente tinham que acontecer durante o mandato.

----- Desde logo a pouca transparência que os documentos que chegaram apresentavam, no sentido que faltava uma introdução explicativa do porquê dos princípios que nortearam a distribuição do saldo de gerência na despesa e também porque os quadros que eram apresentados nessa retificação eram diferentes dos quadros do Orçamento inicial aprovado. Só focavam os quadros de rubricas que foram alvo de modificação, o que não era ...(impercetível)... mas tornava a sua comparação com o Orçamento inicial bastante complicada, até porque partiam de valores diferentes. Na revisão estavam cinco milhões e tal de euros e o Orçamento aprovado foi de sete milhões de euros. Portanto, seria algo a corrigir.

----- O Orçmento crescia com essa alteração orçamental, que basicamente era a introdução do saldo de gerência, 43%, dos quais 42% eram a incorporação do saldo de gerência, e do lado da despesa assistiam a um aumento de 12,5% em despesas com

pessoal e um aumento de quase 100% na aquisição de bens e serviços.

----- Outra questão muito importante e tinha que ser corrigida, para que não se verificasse no próximo ano, era o desequilíbrio da conta corrente do Orçamento. Era um Orçamento desequilibrado e que não respeitava a regra do equilíbrio orçamental. Ficavam com uma receita corrente de sete milhões de euros e uma despesa corrente de nove milhões e duzentos mil euros. Aí perguntava ao Senhor Tesoureiro se isso se devia a um mero lapso ou se era propositado no que se referia à inscrição do saldo de gerência na rubrica, se havia um engano ou se era mesmo propositado. O saldo de gerência, em vez de ser considerado na rubrica 16.01.03, foi classificado na rubrica 16.01.01.

----- No entanto, importava reconhecer, a introdução do saldo de gerência melhorava substancialmente o equilíbrio global do Orçamento, reduzindo o risco de insuficiência de liquidez e aumentando a capacidade de absorver eventuais desvios.

----- Do lado da despesa, pouco se sabia. Não havia uma explicação da distribuição desse Orçamento na despesa. No entanto, os valores de custos com pessoal passavam a representar 53% do Orçamento, o que era claramente menor que o valor apresentado no Orçamento inicial, mas embora elevado representava uma redução do peso relativo e significava uma maior diversificação da estrutura de despesa. Isso era positivo.

----- Contudo, ficavam dúvidas quanto à fundamentação concreta dos aumentos previstos em remunerações certas e permanentes, designadamente nos seguintes setores, tendo em consideração que no quadro de pessoal aprovado já nesse ano não havia lugares vagos nessas rubricas:

----- Gabiente de Apoio ao Presidente aumentava 56 mil euros, dos quais 33 mil para avenças;

----- Gabinete Jurídico era praticamente um aumento de 55 mil euros para avenças;

----- Setor de Programação Cultural também um aumento de 20 mil euros, dos quais 18,8 mil eram para avenças;

----- Recursos Humanos mais 9.000 euros, dos quais 7.600 eram para avenças;

----- Setor da Contabilidade e Gestão Orçamental um aumento de 11.000 euros;
----- Apoio à 3.ª Idade 13 mil euros;

----- No setor de Infraestruturas, Equipamentos e Viaturas 16 mil euros_

----- No Gabinete de Apoio ao Executivo 28 mil euros

----- O documento não esclarecia se esses valores resultavam exclusivamente dos aumentos salariais obrigatórios para 2026 ou se correspondiam a uma correção de suborçamentação anterior.

----- Ainda assim, podia interpretar-se esse ajustamento como um esforço de aproximação do Orçamento à realidade efetiva da despesa, tornando-o potencialmente

mais realista.

----- Ainda quanto às avenças, tinham um valor de um milhão e quinhentos mil euros, enquanto nas GOP apenas nove mil euros estavam associados ao projeto "Apoio à Atividade Técnica" da Higiene Urbana.

----- Verificava-se também que o valor da rubrica "outros trabalhos especializados" crescia 800 mil euros, onde sabiam que muitas vezes se iam enquadrar de frorma errada a maior parte das avenças da Junta de Freguesia.

----- As GOP cresciam 106%, num valor aproximado de 2,4 milhões de euros. Esse crescimento constitua um claro sinal positivo de reforço do investimento programático e de expansão das iniciativas planeadas.

----- Apesar disso, verifica-se que a despesa global aumentava cerca de 3 milhões, enquanto as GOP aumentavam 2,4 milhões, ficando aproximadamente 600 mil euros fora do enquadramento, o que dificultava a fiscalização da sua finalidade concreta.

----- O PSD reconhecia mais uma vez que essa alteração modificativa reforçava significativamente a capacidade financeira da Junta, face à integração do saldo de gerência, aumentava as Grandes Opções do Plano e reduzia o peso relativo das despesas com pessoal. No entanto, e pela pouca transparência referida no início, ficavam com dúvidas quanto à fundamentação dos aumentos em remunerações certas e permanentes, à classificação e transparência das avenças e à diferença entre o crescimento da despesa e o crescimento das GOP;

----- Mas porque essa era a primeira alteração orçamental apresentada por esse Executivo no atual mandato e porque estavam certos de que essas notas atrás referidas iriam ser tidas em conta para o futuro, o PSD iria votar favoravelmente a presente alteração modificativa orçamental.

----- **Membro Laura Carvalho da Silva (Livre)** disse que tinha apenas uma pequena questão. Como já foi dito, notou-se um grande aumento em aquisição de serviços e trabalhos especializados, passaram de perto de 11 mil para mais de 70 mil. Se fosse possível gostaria de saber quais as medidas para justificar tal aumento. Era importante perceber se seria por contratação externa ou seria algo que pudesse ser assegurado pela própria Junta.

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** referiu o facto de existir o saldo de gestão, a Junta arrecadou mais receitas do que despesas. Tecnicamente a Junta teve uma receita total de cerca de 11,3 milhões, mas apenas executou pagamentos de 8,4 milhões. A existência desse saldo elevado sugeria que verbas planeadas para 2025 não foram gastas. O dinheiro não foi totalmente gasto e agora reforçava o Orçamento de 2026 em projetos de desenvolvimento social, mas aí havia umas questões relativamente à distribuição desse dinheiro, os três milhões que significavam quase 60% do Orçamento inicial.

----- Era importante também a Assembleia perceber esses números, se iam de CDCs ou de atividades que não foram realizadas. Por outro lado, os objetivos que definiam as prioridades para haver um reforço, fosse no gabinete de imagem e comunicação em 68%, o setor de programação cultural 126%, o setor da gestão patrimonial que passou

de 100 para 25.100, o setor do bem-estar animal também aumentou drasticamente, era cerca de 29.000 euros para 179.000, um aumento que representava 500%.

----- Gostava de perceber quais eram realmente as prioridades e os critérios que definiam como o dinheiro que transitou do ano anterior era incorporado no Orçamento. Isso aumentava a capacidade financeira, claramente, mas exigia máxima transparência na execução. Com esse reforço financeiro assumia que houve despesa que não foi realizada e queria saber qual era o plano do Executivo para dessa vez conseguir fazer com que esse dinheiro fosse adequado e que seria executado nas diferentes unidades orgânicas.

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que esse ponto tinha a ver com o pedido do Executivo para a primeira alteração modificativa e com a introdução do saldo de gerência. Havia uma norma na Lei que permitia introduzir o saldo de gerência mais cedo e assim permitir que o Executivo trabalhasse com essa verba.

----- Tendo em conta os valores a presentados e as rubricas apresentadas, parecia que o Executivo estava nesse momento a fazer um Orçamento realista, quando no passado não o fez. Iriam ver, porque só conseguiam analisar em abril, quando fosse o relatório do ano 2025 para análise da Assembleia.

----- No entanto, aquilo que gostaria de deixar era que o Executivo tivesse em atenção, onde já foi alertado no passado, para as negociações dos CDCs, para que fossem feitos de acordo com as necessidades dos fregueses e da Freguesia, porque tiveram ali mais uma vez um freguês que foi pôr os problemas de mobilidade e concretamente dos elevadores.

----- Parecia cansativo falar da questão dos elevadores, mas não era. Era um problema muito grave de mobilidade que tinham e que constantemente falavam. Os elevadores não eram adequados, mas nada se fazia, gastava-se dinheiro em fitas e em segurança. Com o dinheiro que se gastou nos dois últimos mandatos já lá estavam elevadores novos com outra solução mais fiável para a mobilidade.

----- Esperavam que essa promessa que já ia de setembro ou outubro se concretizasse nesse ano e rapidamente, o novo elevador ou uma nova solução, porque os fregueses não podiam esperar mais e queriam ver esse problema solucionado.

----- A CDU iria abster-se nessa votação, que ia no seguimento da sua posição relativamente ao Orçamento. Não concordavam com a forma como o Orçamento foi planeado e também não poderiam concordar com essa proposta de alteração modificativa.

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que relativamente a esse ponto ia-lhe à cabeça o slogan "Deixem o Luis trabalhar".

----- Não tendo maioria absoluta maior...(impercetível)... disciplina na gestão da causa pública. O mesmo não se podia dizer ao Senhor Presidente, que nesse caso tinha maioria absoluta. Portanto, que se aplicasse o rigor nesse ponto e era caso para dizer

"Deixem o Daniel trabalhar".

----- O Chega iria abster-se nesse ponto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2026, com introdução de Saldo de Gerência (Proposta 36/2026)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD e CDS-PP) e 10 abstenções (PS, Livre, IL, CDU, BE e Chega)

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** fez a seguinte declaração de voto

---

----- *"A Proposta n.º 36/2026 apresenta a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026, através da incorporação do saldo de gerência do ano anterior e de diversos acertos financeiros, elevando o orçamento consolidado para 8.080.292,67 €.*

----- *Reconhecemos que a atualização do orçamento à realidade financeira apurada é um procedimento normal na gestão autárquica. No entanto, consideramos que subsistem questões relevantes que merecem maior clarificação por parte do executivo, nomeadamente no que diz respeito à origem e composição do saldo de gerência de 2.916.266,81 €, bem como aos critérios que orientaram a distribuição dos reforços pelas diferentes áreas de intervenção.*

----- *Entendemos que é importante assegurar que a incorporação deste saldo seja acompanhada de informação suficientemente detalhada que permita a esta Assembleia compreender se estamos perante poupança efetiva, investimento não executado ou verbas associadas a competências delegadas, garantindo assim total transparência na gestão financeira.*

----- *Da mesma forma, consideramos essencial que as alterações orçamentais estejam plenamente articuladas com o planeamento estratégico da Junta, com o Plano Plurianual de Investimentos e com os compromissos plurianuais já assumidos, de forma a assegurar uma gestão rigorosa, coerente e sustentável. O saldo de gerência não deve ser, portanto, incorporado de forma integral.*

------ *Neste contexto, e no âmbito da responsabilidade política que assumimos enquanto eleitos pela coligação "Por Ti, Lisboa", cuja ação da Iniciativa Liberal no executivo tem sido pautada pela defesa da transparência, do rigor na gestão pública e do reforço do escrutínio democrático, entendemos que estas matérias devem ser sempre acompanhadas do máximo nível de informação e clareza.*

----- *Assim, mantendo a coerência com as posições que temos defendido no executivo relativamente à importância da transparência, do planeamento e do acesso à informação por parte dos órgãos deliberativos, o nosso sentido de voto é de abstenção."*

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** apresentou posteriormente uma declaração de voto que se encontra anexada à presente ata.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que na próxima sexta-feira tinham a Assembleia extraordinária para ouvir as crianças da Freguesia. À semelhança de outras Assembleias similares feitas no mandato anterior, tratava-se de um momento de partilha, um momento em que ouviam a forma mais genuína e mais interessante de fazer política e, como tal, apelava a todos os Senhores Eleitos que pudessem estar presentes na Assembleia de Freguesia, porque era um momento muito edificante.

----- Quem transitou do mandato anterior para o atual sabia do que estava a falar, para quem não transitou acreditava que iria ficar surpreendido com a Assembleia de Freguesia.

----- Seria às dez da manhã na biblioteca do Palácio Galveias.

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** perguntou se a Assembleia era transmitida.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que não seria transmitida devido ao RGPD.

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que a Assembleia na sexta-feira teria vários pontos. Percebia a questão colocada da proteção de dados das crianças, mas havia mais pontos a seguir ao ponto das crianças e o que perguntava era se esses pontos não deviam ser transmitidos. Percebia o ponto 1, mas não conseguia perceber os outros pontos.

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** perguntou se as crianças iam assistir só ao primeiro ponto ou também aos outros pontos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, tendo a Assembleia mais pontos, queria propor que durante o ponto 1 da Assembleia não havia transmissão dos trabalhos, uma vez que estariam a ouvir as crianças e para preservar a imagem das crianças na Assembleia de Freguesia não havia transmissão dos trabalhos. Pedia aos serviços da Junta para ao montarem o equipamento de gravação fazerem com que nenhuma criança ficasse no plano de gravação.

----- A transmissão da Assembleia começaria no ponto 2, em que iriam deliberar sobre três pontos, os pontos 2 e 3 seriam transmitidos online.

----- Se a Assembleia concordasse com essa situação, por si não via nenhum inconveniente. Como sabiam, tinham um Presidente da Assembleia que era bastante flexível e sensato.

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que relativamente a essa próxima Assembleia havia a questão da transmissão, a questão das crianças, mas relativamente aos outros pontos, às dez da manhã a um dia de semana, podia até não haver quórum por falta de pessoas que não podiam estar.

----- Achava que esses assuntos deviam ser em Assembleias extraordinárias em hora pós-laboral, em que as pessoas pudessem garantir a sua presença. Isso devia ser

submetido à Assembleia e a mesma decidir sobre o assunto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o Membro Pedro Duarte fez um pedido de ponto de ordem à Mesa e pedira para ficar em ata, mas também queria que a sua resposta ficasse gravada em ata.

----- Aquilo que tinha dito foi que fizeram três Assembleias das Crianças no último mandato, em 2022, 2023 e 2024 e em nenhuma delas houve falta de quórum.

----- No entanto, perante aquilo que o Membro Pedro Duarte pediu no ponto de ordem à Mesa, a ordem de trabalhos dessa Assembleia estava na rua e alterá-la nesse momento não era possível. Ela só podia ser alterada em sede de Assembleia extraordinária e pela retirada dos pontos por parte dos proponentes.

----- Existia uma proposta do Executivo para um contrato de delegação de competências e existia também uma proposta do PSD para a constituição de uma comissão para a juventude.

----- Na Assembleia extraordinária, se os Senhores proponentes dos pontos entendessem que não estavam reunidas as condições para discutir esses pontos, com certeza que retirariam. Até lá mantinha-se a convocatória tal como estava.

----- Nos termos da Lei, a convocatória estava feita pelo Presidente da Mesa e pelos restantes Membros da Mesa, só podia ser alterada em sede de Assembleia quando a reunião começasse. Era nessa reunião que as pessoas podiam dizer que retiravam. As regras eram essas.

----- **Membro João dos Santos (CDU)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que quando começaram a fazer a Assembleia das Crianças a ideia era sempre ter um ponto ou dois na ordem de trabalhos dita normal do que acontecia numa Assembleia de Freguesia para que as crianças percebessem o que se passava numa Assembleia de Freguesia. Se iam retirar esses pontos e tinham só a audição das crianças, elas não tinham ganhos para saber como funcionava uma Assembleia de Freguesia. Portanto, deixava esse objetivo de haver pontos na ordem de trabalhos.

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que, completando a intervenção do Membro João dos Santos, nessa questão da Assembleia das Crianças conhecia pelo menos três sistemas. Ali convocavam a Assembleia de Freguesia formalmente, havia os que faziam uma reunião ad-hoc em que ia quem queria, ia o Presidente da Mesa e quem queria, e havia aqueles que não faziam nada, havia Freguesias que não faziam nada. Achava que o sistema que faziam ali era compreensível, permitia que as crianças percebessem minimamente como funcionava. Essa era a quarta vez, mas das outras vezes correu tudo muito bem.

----- Quanto às pessoas trabalharem, que era o seu caso também...(impercetível)... ninguém se queixava de ter uma Assembleia Municipal às três da tarde, mas irem a uma Assembleia de Freguesia às três da tarde já era grave. A justificação para o emprego era a mesma. O que a si custava era estar ali até à meia-noite ou uma da manhã a discutir dez e doze milhões de euros. Isso sim. Se calhar teriam que repensar tudo, mas isso

ficaria para outras discussões.

----- Quanto a si e da parte do PSD, a não ser que no momento não houvesse quórum, os pontos mantinham-se.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu mais esse momento de expressão democrática.

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte horas e cinquenta minutos.

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes.

1°.SECRETÁRIO_____2°.SECRETÁRIO_____

----------O PRESIDENTE

(Segue em anexo a declaração de voto do Membro Paulo Lopes (PSD) relativamente à 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2026)

Declaração de voto
PSD- Incorporação c